



SENHOR PRESIDENTE

SENHORES VEREADORES

REQUERIMENTO Nº

Associação é uma entidade dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa.

Com a aprovação do projeto de lei 193/2023, que Disciplina a transparência nas informações prestadas pelas organizações sociais - OS que prestam serviços relacionados a área da saúde e para as organizações do terceiro Setor", estabelecendo penalidades para o descumprimento da norma que especifica, fazemos algumas reflexões diante da iminência da finalização dos contratos de algumas dessas entidades que não cumprem esta lei que visa melhorar a aplicação do dinheiro público e proteger o funcionalismo.

No caso da OS que presta serviço de saúde, já não é novidade que ela não respeita o município, pois além de não prestar um serviço satisfatório, não tem transparência sobre a forma como gasta os milhões que são transferidos todos os meses para seus cofres.

Há casos de entidades que têm contrato com a administração pública e ninguém tem acesso às suas contabilidades. Em alguns casos, a audácia é tanta, que o diretor financeiro desafia os funcionários públicos que pedem informações, afirmando que não precisam prestar conta para ninguém, sendo que a prefeitura de Praia Grande chega em alguns casos a transferir milhões de reais todos os meses dos contribuintes e neste último caso do bolso dos funcionários públicos municipais.

Diante do acima exposto, requeiro à mesa, depois de respeitadas todas as formalidades regimentais, seja enviado ofício à Senhora Prefeita Raquel Chini e ao Senhor Secretário de Administração para que respondam os seguintes questionamentos:

- 1) Com a aprovação do projeto de lei 193/2023, quais são os critérios que serão adotados para a renovação ou não do contrato com a SPDM?



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

- 2) No caso de descumprimento da legislação que disciplina a transparência nas informações prestadas por estas entidades, quais são as alternativas pensadas para uma possível substituição no setor de saúde?
- 3) Quais são as entidades do terceiro setor que têm contrato com a municipalidade e que recebem dinheiro público?
- 4) Solicito que as entidades do terceiro setor que recebem recursos dos cofres públicos, sejam notificadas a cumprirem a legislação em vigor, inclusive demonstrando que seus diretores, caso sejam funcionários públicos, não recebem nenhum tipo de vantagem econômica.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 07 de novembro de 2023.

WHELLITON SILVA

VEREADOR

Verificação de assinatura



Código de verificação:

DG03BGC3 7ZWRNGQE QQJDDGJN I7HHXM6

Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site

<https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.